

# Hospitais podem suspender atendimento a conveniados do SUS a partir de amanhã

por Nora Gonzalez  
de São Paulo



Chafic Farhat

A partir da meia-noite desta quinta-feira os conveniados do Sistema Único de Saúde (SUS) poderão ficar sem atendimento médico, por tempo ilimitado. É que os cerca de 44 mil estabelecimentos que fazem parte do serviço decidiram interromper as atividades, depois de uma assembleia realizada na noite de terça-feira.

"Não é locaute, nem greve, mas apenas exaustão", disse o secretário da Federação Brasileira de Hospitais e Federação Nacional de Estabelecimentos de Serviços de Saúde (Fenaees), Chafic Farhat. De acordo com seus cálculos, a rede conveniada tem a receber um total de Cr\$ 10 trilhões relativos à prestação de serviços em abril e outros Cr\$ 22,4 trilhões em maio — enquanto o governo federal deve liberar apenas Cr\$ 10 trilhões nos próximos dias, relativos aos Cr\$ 2 trilhões prometidos para o último dia 21, que não saíram, e Cr\$ 8 trilhões prometidos para o último dia 21, que não saíram, e Cr\$ 8 trilhões prometidos pelo ministro de Saúde, Jamil Haddad, a serem liberados até o próximo dia 1º de julho (ver matéria nesta página).

"O caos está instalado", disse o vice-presidente da Associação Médica Brasileira, Wirtton Palermo. A paralisação é apenas um dos lados mais evidentes da crítica situação da saúde. Atualmente, o governo federal destina apenas US\$ 21 per capita por ano para o setor — muito abaixo até mesmo da recomendação da Organização Mundial de Saúde, que estima em US\$ 500 o mínimo a ser aplicado nos países em desenvolvimento. A Suíça, um dos países que encabeçam a lista de destinação de recursos, reserva US\$ 3,2 mil, enquanto os Estados Unidos estão na faixa dos US\$ 2,1 mil. A Etiópia, lanterninha do ranking, aplica apenas US\$ 4 per capita por ano para a saúde. No Brasil, um convênio médico particular (que não inclui as ações preventivas como vacinação e epidemiologia) custa, em média, US\$ 15 per capita por mês.

Atualmente, além da falta de repasses dos recursos da Previdência para a Saúde, que deveriam corresponder a 14,5% do total arrecadado pela pasta, o setor não recebe receita do Cofins (antigo Finsocial), pois a Justiça ainda não se manifestou quanto aos pagamentos feitos pelas pessoas jurídicas em juízo, e sofre com a redução dos recursos do Tesouro, que vem destinando cada vez menos à saúde.

Pelo SUS, uma consulta médica é remunerada em Cr\$ 36 mil (em junho) e deverá ter reajuste de 28% para julho. "Mas o pagamento é feito 60 ou 90 dias depois, sem correção", critica Palermo. "Isso não é pagamento, é gorjeta", diz.

Ontem o assunto foi tema de debate na comissão especial de seguridade social e de assuntos sociais do Congresso, da qual participam representantes do governo e do setor privado — no caso, o empresário Antônio Ermírio de Moraes. Segundo ele disse à agência Brasil, se o governo obedecesse ao cronograma e pagasse os hospitais em dia, 60% dos problemas da rede de saúde seriam sanados.

Para contornar as eventuais implicações legais da paralisação, a Fenaees protocolou, nesta terça-feira, um protesto judicial junto à Receita Federal notificando as autoridades da área da saúde de que as responsabilidades pela desassistência à população

cabem, a partir de agora, exclusivamente a elas.

Para o secretário municipal da Saúde, Raul Cutait, o problema é de financiamento de modelo. "Temos que reavaliar nosso modelo. O Estado tem que fazer política de saúde, normatizá-la e controlá-la, mas a execução principal não deve ser dele." O secretário não teme um desastre na interrupção do atendimento. "Eu mesmo falei com alguns hospitais que disseram que deverão continuar atendendo os conveniados do SUS", garantiu, mas reconheceu as dificuldades que os estabelecimentos atravessam. "O setor privado que atende ao SUS, filantrópico ou não, está em situação calamitosa", disse.

A solução, segundo Cutait, passa pelo princípio de que o Estado não pode dar atendimento ilimitado à população — e a alternativa mais viável é uma parceria com a iniciativa privada. O secretário também criticou a decisão do ministro da Previdência, Antônio Brito, de não repassar os recursos da pasta para a Saúde. "Essa é uma das bases financeiras do sistema. Sem essa contribuição, os prejuízos são grandes", disse, fazendo coro a reclamações da AMB e da Fenaees.